

Os problemas enfrentados pelas organizações indígenas do Oiapoque/AP (2006-2008): um estudo no campo das representações sociais

Simone Pereira Garcia¹, Cecília Maria Chaves Brito Bastos², Daguinete Maria Chaves Brito³, Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões⁴ e Nicolau Eládio Bassalo Crispino⁵

¹ Doutora em História Econômica. Pós-doutorado em Linguística. Professora de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Amapá.

² Doutora em Educação. Professora de Graduação da Universidade Federal do Amapá.

³ Doutora em Ciências Sociais. Professora de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Amapá.

⁴ Doutora em Educação. Professora de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Amapá.

⁵ Doutor em Direito Civil. Professor de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Amapá. Promotor de Justiça do Amapá.

RESUMO: O artigo discute os principais problemas enfrentados pelos povos indígenas do Oiapoque/AP – Galibi-Marworno, Galibi do Oiapoque, Karipuna e Palikur –, de acordo com as representações construídas por suas organizações indígenas e pelos órgãos do Estado brasileiro que os representam. O referencial teórico que norteou a pesquisa considerou o conceito de representação social, embasada pela perspectiva metodológica da História Oral temática, a qual possibilitou a aquisição das fontes para a pesquisa junto aos órgãos representantes dos indígenas. Conclui-se que os povos indígenas do Oiapoque têm conhecimento dos principais problemas que os atingem, mas, também, dos seus direitos. Apesar dos problemas que as organizações vêm enfrentando, principalmente quanto à questão da inadimplência que prejudica a atuação dessas organizações nos seus espaços de luta, as lideranças indígenas procuram ser agentes ativos e conscientes na busca da efetivação dos direitos indígenas no Oiapoque.

Palavras-chave: Organizações Indígenas. Organizações Não Indígenas. Representações Sociais. Direitos Indígenas. Políticas Públicas.

ABSTRACT: The article discuss the main problems faced by indigenous peoples of Oyapock / AP - Galibi-Marworno, Galibi of the Oyapock, Karipuna and Palikur - according to the representations constructed by its indigenous organizations and by the Brazilian state organizations which represent them. The theoretical framework that have guided the research had considered the concept of social representation, based on methodological approach of the Oral History theme, which allowed the obtaining of sources about the survey indigenous representative organizations. It follows that the indigenous peoples of Oyapock have knowledge of the main problems that affect them, but also about their rights. Despite the problems that organizations are facing, especially regarding the issue of default which undermines the role of these organizations in their ranges of fight, the

indigenous leaders seek to be aware and active in the pursuit of fulfillment of indigenous rights in Oyapock.

Keywords: Indigenous Organizations Non-Indigenous Organizations, Social Representations, Indigenous Rights. Public policies

Sumário: 1. Introdução – 2. Discutindo as representações das organizações indígenas do Oiapoque - 3 discutindo as representações das organizações estatais que atuam junto aos povos indígenas - 4 Considerações.

1 Introdução

A investigação evidencia os principais problemas enfrentados pelos povos indígenas do Oiapoque/AP – Galibi-Marworno, Galibi do Oiapoque, Karipuna e Palikur – a partir das representações tecidas, tanto pelas organizações indígenas como pelos órgãos do Estado brasileiro que representam os indígenas, de forma a perceber se há luta de representações entre essas organizações.

As organizações estudadas atuam em três Terras Indígenas (TI), localizadas no município de Oiapoque, estado do Amapá: TI Galibi, homologada em novembro de 1982, onde vivem a população indígena das etnias Galibi do Oiapoque e Karipuna; TI Uaçá, homologada em outubro de 1991, habitada pelos Galibi Marworno, Karipuna e Palikur e a TI Juminã, homologada em maio de 1992, onde vivem índios das etnias Galibi Marworno e Karipuna.

As Terras Indígenas localizam-se na porção mais ao norte do estado do Amapá dispostas da seguinte forma: TI Juminã e Galibi fazem fronteira com a Guiana Francesa; TI Uaçá faz fronteira em sua porção leste com o Parque Nacional do Cabo Orange. As três TI juntamente com o Parque Nacional de Cabo Orange¹ formam um mosaico de áreas protegidas. As terras indígenas do Oiapoque aqui serão tratadas de forma conjunta, como um complexo único de terras indígenas e não como unidades independentes, porque são justapostas e possuem organização étnica, política e ambiental vinculadas historicamente.

Os povos indígenas do Oiapoque que vivem nessas terras se auto identificam como distintos entre si, por terem, segundo as etnias Galibi Marworno, Galibi do Oiapoque, Karipuna, e Palikur, algumas características históricas e culturais diferenciadas. Contudo, apesar de apontarem características distintas, reconhecem entre si muitos traços comuns, tanto em relação ao seu modo de vida quanto ao processo de luta pelo reconhecimento de seus direitos.

Todas essas questões pertinentes às etnias do Oiapoque influenciaram diretamente na composição das organizações que lidam com as questões indígenas. Desta forma, foi necessário caracterizar cada uma das organizações estudadas e, também, a forma como elas percebem os problemas que atingem os povos indígenas do Oiapoque, destacando as possíveis soluções que essas organizações apontam para os problemas identificados.

¹ O Parque é uma Unidade de Conservação de uso restrito.

Atendendo ao objetivo da pesquisa, a discussão do conceito de representação social se faz imprescindível. Souza Filho (1995) esclarece, conforme Moscovici (1971, 1978)², que a teoria das representações sociais enfoca a capacidade humana de representar o mundo por meio de conceitos, afirmações e explicações. Tais representações são originadas no dia-a-dia, durante as interações sociais, e versam sobre qualquer objeto, seja natural ou social, para torná-lo familiar e garantir a comunicação no interior de um grupo, como também na interação com outras pessoas e outros grupos.

Moscovici (1984, apud SÁ, 1995, p. 35) esclarece que “o propósito de todas as representações sociais é o de transformar algo não familiar, ou a própria não familiaridade, em familiar”. Portanto, para Moscovici (apud, GARNIER; ROUQUETE, 2002, p. 02): “Representação Social é um conjunto de fenômenos que ultrapassam a esfera da simples opinião, imagem, atitude, estereótipos e crenças [...] que servem de guia para as suas ações”. É possível perceber que as representações sociais tecidas pelos representantes indígenas do Oiapoque demarcam as concepções do mundo que os cerca tanto como indivíduos como grupo.

Para trabalhar com as representações sociais tornou-se necessária a utilização de fontes orais coletadas em uma situação de entrevista, conforme os estudos de Lang (1996) e Meihy (1996, 1996a). Na pesquisa optou-se por trabalhar com aquilo que Meihy (1996) denomina de história oral temática e Lang (1996) chama de depoimento oral. A História Oral como metodologia ganhou relevo na pesquisa, pois possibilitou o registro da experiência vivida e do depoimento de um indivíduo ou de vários indivíduos que representam a mesma coletividade – os povos indígenas do Oiapoque.

A importância da história oral temática para a pesquisa se justifica porque há comprometimento com o esclarecimento ou opinião do entrevistado sobre algum evento definido (MEIHY, 1996, p. 41), ou seja, um assunto específico e preestabelecido; além disso, porque admite o uso de um questionário, ou seja, uma lista de perguntas, que se torna peça central para obter informações e detalhes procurados através da entrevista.

Desse modo, as representações sobre os problemas enfrentados pelos povos indígenas do Oiapoque e as possíveis soluções apontadas para sua resolução foram destacadas por meio de entrevistas realizadas com dois tipos de representantes indígenas:

- Representantes que detêm a liderança ou chefia de órgãos representativos dos indígenas: Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO); Associação Galibi-Marworno (AGM) e Organização dos Professores Indígenas do Oiapoque (OPIMO)³.

² De Serge Moscovici destacamos os artigos “La psychanalyse: son image et son public” (1961), “Attitudes and opinions “The phenomenon of social representations” (1981), “The psychology of scientific myths” (1992) e as obras “Social Influence and social change” (1976) “A representação social da psicanálise” (1978), “Psychologie des Minorites actives” (1979), “L’age des foules: um traité historique de psychologie des masses” (1981), “Representações Sociais” (2003).

³ Cleber dos Santos (etnia karipuna), Presidente da APIO até março de 2008, entrevistado no Oiapoque em fevereiro de 2008; Fernando Forte (etnia karipuna), Presidente da APIO, a partir de abril de 2008, entrevistado no Oiapoque em julho e em outubro de 2008 para complementar algumas informações necessárias para a pesquisa e que não foram evidenciadas por Cleber dos Santos; Coraci Maciel Gabriel (etnia Galibi Marworno), ex-tesoureiro da AGM, entrevistado no Oiapoque em fevereiro de 2008, momento no qual a associação estava sem presidente; Yanomami dos Santos Silva (etnia Karipuna), diretor da OPIMO, entrevistado no Oiapoque em fevereiro de 2008; Karina dos Santos (etnia Karipuna): ex-diretora da OPIMO, entrevistada em Macapá em maio de 2008.

- Representantes que estão à frente de órgãos públicos que trabalham diretamente com a questão indígena: Fundação Nacional do Índio (FUNAI) – Regional do Oiapoque e Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Estado do Amapá (SEPI)⁴.

Além das entrevistas realizadas foram consultados documentos produzidos pelos seguintes órgãos que expressam também as representações indígenas: SEPI, TNC (The Nature Conservancy), APIO, FUNAI, ELETRONORTE, Ministério Público Federal e Ministério dos Transportes.

2 Discutindo as representações das organizações indígenas do Oiapoque

As organizações indígenas - APIO, AGM e OPIMO - foram criadas com o objetivo de representar os povos indígenas do Oiapoque e atuar na luta pelos seus direitos. Contudo, é necessário esclarecer que, além dessas organizações, cada aldeia possui um representante frente às instâncias de decisões internas e externas, que é o cacique. Sobre a organização política das aldeias a APIO destaca que:

A escolha do cacique é realizada geralmente por unanimidade pelos moradores da aldeia. A troca de caciques é comum em algumas aldeias, sendo que em outras as lideranças se mantêm por muitos anos.

Para as maiores aldeias desenvolveu-se um sistema de apoio aos caciques – os conselheiros. A maioria das aldeias chegam a ter 15 conselheiros, geralmente representando os diversos grupos de famílias extensas existentes.

Os Chefes de Postos da FUNAI – todos indígenas do próprio Oiapoque – também são pessoas respeitadas e possuem participação e influência na tomada de decisões (APIO, 2005, p. 23-24).

No Oiapoque são também realizadas Assembleias Indígenas, a cada um ou dois anos, organizadas pela APIO em parceria com os representantes da FUNAI do Oiapoque. Essas assembleias são as instâncias máximas de tomada de decisões pelos povos indígenas, nas quais cada cacique possui direito a voto. Existem dois tipos de Assembleias Indígenas: 1) Assembleia Geral, aberta a parceiros, como as Organizações Não Governamentais (ONGs), e todo tipo de instituição que desenvolva ações de saúde e educação nas Terras Indígenas e; 2) Assembleia de Avaliação, fechada, ou seja, permitida somente a presença de indígenas do Oiapoque (APIO, 2005).

As três principais associações representativas dos povos indígenas do Oiapoque - APIO, OPIMO e AGM – caracterizam-se da seguinte forma:

1. APIO: organização indígena da sociedade civil fundada em 1992, no contexto da luta pela demarcação e homologação das terras indígenas do Oiapoque. Conforme o estatuto da APIO seus objetivos são:

⁴ Estela Maria dos Santos Oliveira (etnia Karipuna), administradora da FUNAI - Regional do Oiapoque, entrevistada em maio de 2008 e Adelmo Moraes de Souza secretário interino da SEPI, substituindo a secretária Vitória Santos dos Santos (etnia Karipuna).

- Representar as comunidades indígenas filiadas a APIO junto aos órgãos públicos, as entidades privadas e as entidades religiosas. Em conjunto com a FUNAI representam os indígenas junto aos Poderes Públicos legalmente constituídos e perante outros órgãos públicos e privados;

- Promover os eventos sociais, respeitando-se as leis que regulamentam tais eventos, não podendo promover eventos contrários à lei;

- Representar os índios, seus associados e dependentes perante o Poder Judiciário e Ministério Público, respeitando os deveres da FUNAI;

- Designar representantes previamente escolhidos pela diretoria para participar de congressos, seminários ou outros eventos que digam respeito aos interesses da associação.

Cleber dos Santos, ex-presidente da APIO, declarou que a APIO, além de representar os povos indígenas junto a entidades governamentais e não governamentais, tem buscado promover discussões sobre: o fortalecimento cultural dos povos indígenas; da educação, da saúde e do meio ambiente, buscando garantir os direitos dos povos indígenas e promover ações em conjunto com entidades parceiras.

2. OPIMO: criada em abril de 2005, tem como objetivo principal defender e implementar a educação escolar indígena dentro do conceito de interculturalidade. Karina dos Santos, ex-diretora da OPIMO, esclareceu que um dos objetivos da existência dessa organização foi lutar pela implementação de um currículo específico através de projetos interculturais.

3. AGM: foi fundada em 1999. Essa associação surgiu para representar e coordenar atividades de interesse dos Galibi Marworno. A justificativa para a criação da AGM foi o fato dessa etnia ser bastante numerosa. Conforme informações de Coraci Maciel Gabriel, ex-tesoureiro da AGM, os objetivos da associação voltaram-se para a elaboração de projetos visando obter recursos para ampliar e estruturar a comunidade, tais como escola, posto de saúde, centro comunitário, alojamento para professores e outros que possam ser necessários para sobrevivência do grupo.

Os representantes da APIO, AGM e OPIMO evidenciaram considerações a respeito do movimento indígena do Oiapoque e de suas organizações, destacando alguns conceitos como: representação indígena, demarcação de terras, direitos indígenas, cultura, educação e saúde. As organizações, além de lutarem pelos direitos indígenas, preocupam-se, também, principalmente no caso da AGM e da APIO, em coordenar atividades e buscar recursos para a elaboração de projetos de interesse dos povos indígenas.

As organizações indígenas do Oiapoque foram criadas após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu aos índios sua plena capacidade civil e de suas organizações. A luta por direitos foi firmada a partir de uma agenda comum em torno de questões como: demarcação das terras indígenas, da educação e da saúde indígena. Os indígenas seguiram os moldes das organizações não indígenas para a defesa de seus direitos, fortalecendo como aponta Luciano (2006), seus próprios modos de vida, procurando melhorias nas condições de vida e demonstrando a capacidade de resistência e de apropriação de seus conhecimentos tradicionais.

Assim, o movimento indígena nesse município, como aponta Cardoso de Oliveira (1988) tem a plena consciência da necessidade de participação política na resolução de

seus problemas. Portanto, fica evidente que as lideranças indígenas são agentes ativos e conscientes na luta pelos direitos dos povos indígenas. Pois como destaca Luciano (2006) o movimento indígena envolve um conjunto de estratégias e ações dessas comunidades em defesa de seus direitos e interesses coletivos.

Os representantes das instituições indígenas conseguem perceber um problema central para a boa atuação das organizações. Esse problema diz respeito à questão da capacitação para trabalhar e gerenciar recursos, especialmente os públicos. O mau gerenciamento de recursos e dos programas ligados a eles desencadearam problemas relativos à prestação de contas e litígios trabalhistas. Inclusive a APIO e a AGM tiveram suas contas bancárias bloqueadas, ocasionando vários problemas de inadimplência, impossibilitando o gerenciamento de novos recursos, dificultando, assim, o funcionamento dessas organizações e o cumprimento de seus objetivos.

Luciano (2006) destaca que, a partir do ano 2000, as organizações indígenas passaram a receber recursos para desenvolver vários projetos, principalmente na área da educação e da saúde, já que o Estado deixou de desempenhar diretamente algumas de suas funções relacionadas a área da educação e saúde. Fato esse que evidencia, por um lado, uma conquista dos povos indígenas, mas por outro, apresenta desafios, pois “identificam-se as dificuldades dos povos indígenas de lidarem com a complexa lógica burocrática da administração pública e da ir(racionalidade) política e ideológica do Estado [...]” (LUCIANO, 2006, p. 79). Diante disso, as associações indígenas vêm expressando a necessidade de capacitação de seus membros para lidarem com essa situação.

Frente ao exposto a APIO contratou a TNC para desenvolver um trabalho de consultoria no sentido de identificar os principais problemas das comunidades indígenas do Oiapoque e da própria APIO. Conforme o relatório da consultoria prestada pela TNC denominado “Diagnóstico Organizacional Participativo da Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque”:

O objetivo do diagnóstico é identificar o estado atual da organização **na visão de seus próprios membros** e a ocasião foi aproveitada pelos dois consultores para também consultar a base para que a mesma possa identificar estratégias para a superação dos problemas existentes e a definição de um futuro da organização e de como alcançá-la na visão da própria base (s/d, p. 7 - **grifos nossos**).

O diagnóstico apresentado pela consultoria demonstrou os principais problemas que os povos indígenas e suas organizações percebem na atuação da APIO:

- Participação diferenciada dos povos indígenas;
- Pouca participação das etnias Palikur na direção da organização;
- Pouca participação das etnias Galibi-Marworno, Galibi do Oiapoque e Palikur;
- Predominância da etnia Karipuna na direção da organização e processos de tomada de decisão;
- Pouca participação dos sócios nas decisões da organização;
- Pouca organização dos povos indígenas;

- Pouco apoio dos povos no desenvolvimento das atividades;
- Decisões centralizadas no presidente da APIO;
- Desorganização administrativa e financeira;
- Ausência de condições financeiras para o desenvolvimento das atividades da organização;
- Ausência de profissionais e membros da direção para a execução das atividades da organização;
- Pouco conhecimento das lideranças e direção da APIO para o gerenciamento dos convênios e da organização;
- Pouco repasse de informações para a base das decisões da organização.

O trabalho da consultoria apontou como potencialidades:

- Participação dos povos indígenas;
- Existência de Presidência;
- Parcerias com a FUNAI, TNC, IEPÉ (Instituto de Pesquisa e Formação) e Museu para Consultorias;
- Existência de uma sede da organização;
- Capacidade de contribuição financeira dos sócios.

O trabalho de consultoria indicou também a visão de futuro da APIO traçada pelos povos indígenas:

- APIO lutando pela garantia dos direitos e interesses dos povos indígenas do Oiapoque;
- APIO colaborando com as comunidades indígenas para organizar e proteger a Terra Indígena;
- Maior participação e união das quatro etnias na direção e processos de tomada de decisão da organização e de assuntos de interesse dos povos indígenas do Oiapoque;
- Presidente atuando com a participação dos demais membros da direção e das comunidades indígenas do Oiapoque;
- Mecanismos de repasse de informações da APIO para as suas bases instituídas;
- Sede com espaço físico estruturado e equipamentos suficientes para o funcionamento da organização;
- Maior controle do patrimônio da organização;
- Maior organização administrativa e financeira;
- Sócios contribuindo com recursos para a garantia do funcionamento da organização;
- Programas e projetos em pleno funcionamento na organização;
- Recursos humanos e financeiros disponíveis para o funcionamento da organização;
- Parcerias institucionais (governamentais e não governamentais) ampliadas e fortalecidas;
- Comércio sendo parceiro da organização;
- Dirigentes, lideranças e representantes das comunidades indígenas capacitados para o desenvolvimento de suas atividades.

Para alcançar a visão de futuro as comunidades indígenas participantes das oficinas promovidas pelo TCN indicaram:

- Mudar ou reformular o estatuto da APIO: incluir representantes nas regiões-aldeias:

- Eleger pessoas capacitadas para trabalhar na APIO: exigir critérios para a seleção da diretoria da APIO; qualquer membro da direção deverá ter conhecimento de gestão ou outros cursos preparatórios.

- Diretoria completa e atuante: participação em reuniões; convocação antecipada e repassar as decisões para as quatro etnias.

- Realizar Assembleia Geral Extraordinária para eleger nova diretoria – comprometida com a causa indígena: organizar e fortalecer as quatro etnias;

- Aumentar a participação dos povos indígenas por meio de reuniões, conversas, troca de ideias, planejamento: comunidade ter mais conhecimento sobre a APIO; reuniões itinerantes frequentes (três em três meses) envolvendo os quatro povos; sensibilizar sobre a importância dos sócios para a sobrevivência da APIO; sensibilizar sobre os problemas da APIO – com a presença de autoridades.

- Garantir mais informações para as bases sobre o funcionamento e atividades da APIO (transparência).

- Aumentar a renda da APIO, pagar as dívidas, garantir seu funcionamento: aumentar o número de associados contribuintes da APIO; retorno dos sócios para a APIO; cadastrar sócios e retornar o pagamento mensal – quatro etnias; estipular um valor mensal a partir de janeiro de 2009; fazer caixa na comunidade e repassar para a direção; contribuição dos jovens organizados em mutirão.

- Fiscalizar o patrimônio da APIO;

- Vender alguns patrimônios;

- Reestruturar e proteger a espaço físico da APIO;

- Garantir espaço dentro da APIO com estrutura para o funcionamento de outras ONGs indígenas do Oiapoque;

- Oferecer cursos de capacitação para dirigentes, lideranças, representantes das comunidades e jovens indígenas em gestão administrativa e financeira e Gestão de projetos.

- Organizar a parte administrativa e financeira da APIO;

- Assessoria jurídica;

- Não efetuar novos débitos;

- Prestação de contas da APIO com a participação da comunidade (03 em 03 meses).

Percebe-se na visão dos representantes da AGM e principalmente da APIO - organização maior e mais representativa - que há uma clara preocupação com a questão da inadimplência. Fato que tem acarretado problemas de gestão dos projetos e dos recursos e colocado a necessidade de qualificação dos membros das comunidades indígenas para trabalhar junto às organizações.

As comunidades indígenas percebem também esses problemas, mas em suas representações apontam também outros fatores importantes para o bom funcionamento e representatividade da APIO, o que demonstra estarem cientes tanto de suas obrigações

como de seus direitos. As comunidades evidenciam a necessidade de uma gestão descentralizada, para que assim seja assegurada a transparência e maior participação das quatro etnias nas tomadas de decisões. Apontam que deve haver um contato mais aproximado com a base da organização, pois isso estimularia a participação dos povos indígenas junto a APIO. Esse contato aumentaria a confiança das comunidades na associação, aumentando, assim, também, o número de sócios e a arrecadação financeira, o que só viria a fortalecer a organização.

Enfim as comunidades indígenas assinalam a necessidade de uma reestruturação da APIO e a reformulação de seu estatuto para que a organização seja realmente representativa dos interesses e direitos dos povos indígenas do Oiapoque.

Na XV Assembleia de Avaliação e Programação dos Povos Indígenas do Oiapoque, realizada de 22 a 24 de fevereiro de 2008, uma das temáticas discutidas foi “Organização e Organizações”. A discussão sobre essa temática possibilitou o encaminhamento de algumas propostas em dois sentidos: 1) organização interna das aldeias e; 2) organizações representativas.

Com relação à organização interna das aldeias as propostas foram as seguintes: 1) Deve existir conselho em todas as aldeias, convocado periodicamente pelo cacique; 2) As escolhas devem ser representativas; 3) Fortalecimento da participação dos jovens nas atividades das comunidades; 4) Realização de encontros específicos dos jovens; 5) Mutirões mais organizados e; 6) Capacitação dos membros do controle social.

Quanto às organizações representativas foram encaminhadas as seguintes propostas: 1) A organização não pode se resumir no Presidente/Coordenador/Gestor. É indispensável que o conselho de cada organização se reúna periodicamente e tenha participação ativa; 2) O próprio conselho deverá ser o canal de informação e participação das comunidades; 3) Estudar com responsabilidade a forma de administração financeira; 4) A CPIO (Comissão dos Povos Indígenas do Oiapoque)⁵ deve acompanhar a evolução dos convênios com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) - levando-se em consideração a construção da BR 156 - e com a ELETRONORTE – sobre a passagem da linha de transmissão em Terras Indígenas - e convocar os membros quando for necessário tomar decisões importantes; 5) Capacitar quem vai gerir os recursos (APIO, 2008c).

Percebe-se novamente aqui a representação acerca da preocupação com a capacitação de indígenas, para bem executar tarefas importantes dentro das organizações, e com uma gestão mais transparente e participativa, que envolva, de forma mais ativa, os representantes e a comunidade em geral dos povos indígenas do Oiapoque.

3 Discutindo as representações das organizações estatais que atuam junto aos povos indígenas

Os órgãos públicos que tratam diretamente das questões relacionadas aos povos indígenas são a FUNAI-Regional do Oiapoque e a Secretaria Extraordinária dos Povos

⁵ Criada devido ao problema da inadimplência na prestação de contas das organizações indígenas quanto aos recursos recebidos através de órgãos estatais. Não tem caráter representativo, mas apenas o objetivo de gerenciar os recursos encaminhados às organizações indígenas.

Indígenas do Estado do Amapá (SEPI). Os representantes desses órgãos são todos indígenas da etnia Karipuna. Isso evidencia que os povos indígenas no Amapá têm conseguido, por meio de suas lutas, ocupar cargos no serviço público, em órgãos importantes para o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas aos indígenas.

A FUNAI - Administração Regional do Oiapoque foi criada na década de 1980. A representante do órgão, Estela Maria dos Santos Oliveira, ocupante do cargo desde outubro de 2006, esclareceu que a administração regional da FUNAI Oiapoque vem sendo administrada pela própria população indígena, já que a maioria de seu quadro de funcionários é composto por índios, inclusive a própria gestora é indígena da etnia Karipuna.

Na visão da representante da FUNAI-Oiapoque as atividades das organizações indígenas nesse município estão praticamente paradas, faltando maior empenho de seus diretores para que as organizações venham cumprir os objetivos de representar os povos indígenas do município.

A gestora da FUNAI-Oiapoque afirmou que há necessidade de uma maior atuação das organizações indígenas na defesa dos direitos indígenas, pois só assim esses povos poderão transformar-se em agentes ativos e conscientes na luta pelos seus direitos.

A despeito da FUNAI-Oiapoque ser gerida por indígenas, a gestora assegurou que na administração existe participação da população indígena nas decisões tomadas pelo órgão. Um exemplo são os chefes dos postos da FUNAI, localizados em algumas aldeias, que fazem reuniões com a comunidade e priorizam as questões mais urgentes a serem resolvidas. Os chefes de Postos encaminham as decisões da comunidade à Regional da FUNAI.

Mércio Pereira Gomes presidente da FUNAI em entrevista publicada na obra “Povos Indígenas no Brasil 2001/2005” chama a atenção para o fato de que há toda uma geração de índios que se tornaram funcionários da FUNAI, ocupando inclusive cargos de direção, cuja atuação acaba oscilando entre a do servidor público e a de representante dos povos indígenas, cujos interesses ou visões são muitas vezes conflitantes:

Todos os indígenas que têm cargos na Funai sofrem pela ambigüidade a que estão sujeitos: por um lado agentes do Estado, por outro, representantes lídimos de seus povos. A pressão sobre eles é muito grande, de um lado e de outro, e é só com muita habilidade política que eles conseguem encontrar as soluções para os problemas imediatos. Agradar aos dois lados não é fácil. No caso dos projetos econômicos, de interesse do Estado, que de algum modo, atingem terras indígenas ou interesses indígenas, é que esse dilema surge com mais força [...] (2006, p. 111).

Percebemos que a representação da diretora da FUNAI-Oiapoque aponta para uma aproximação grande entre a FUNAI e os povos indígenas, no sentido de atender suas necessidades e garantir seus direitos, apesar da ambigüidade que possa existir em suas ações, já que a diretora representa também o Estado quanto à questão indigenista.

Mércio Pereira Gomes em sua entrevista assinala a dificuldade de se agradar aos dois lados, ou seja, aos povos indígenas e ao Estado, principalmente quando existem

disputas em função de projetos econômicos de interesse do Estado que passam por terras indígenas, como o asfaltamento da BR 156 e a passagem da linha de transmissão da ELETRONORTE nas áreas indígenas do Oiapoque.

Contudo, a gestora da FUNAI-Oiapoque sinalizou sua preocupação em garantir que os direitos indígenas sejam respeitados, especialmente com relação ao asfaltamento da BR 156. Pela leitura de alguns documentos da FUNAI, Ministério Público e ELETRONORTE ficou evidente que a FUNAI tem procurado garantir que esses direitos sejam respeitados, o que representa uma menor ambiguidade do trabalho da FUNAI-Oiapoque em suas ações em relação aos direitos indígenas.

A representação da gestora da FUNAI apontou, por um lado, para a necessidade de maior participação das organizações, como uma forma de melhorar a atuação da Fundação frente às demandas dos indígenas. Segundo a gestora existe necessidade de maior participação e cobranças das organizações junto a Fundação, já que a FUNAI procura trabalhar dentro dos preceitos de uma administração participativa e compartilhada. Por outro, assinalou o problema da falta de atuação das organizações indígenas do Oiapoque, talvez devido ao sério problema da inadimplência e bloqueio das contas das organizações que inviabilizaram a entrada de recursos para o desenvolvimento de projetos e a falta de preparo e capacitação de seus quadros para administrarem os recursos e desenvolverem projetos.

A Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas⁶, criada em julho de 2004, é outro órgão do Estado do Amapá que trabalha com a questão indígena. Segundo o secretário em exercício, Adelmo Moraes de Souza, a SEPI procura formular e controlar as políticas públicas voltadas para os segmentos indígenas. De acordo com o folder, distribuído pela Secretaria, o objetivo do órgão volta-se para:

[...] Formular e coordenar as políticas de interesse das etnias indígenas do Estado do Amapá, em consonância com as diretrizes dos órgãos federais, valorizando a diversidade cultural desses povos e fortalecendo suas organizações tradicionais.

A SEPI também é responsável pela implantação de políticas de etno-desenvolvimento e de parcerias entre os órgãos governamentais, não-governamentais e organizações indígenas, ações até então inéditas no Estado, que buscam intensificar o trabalho das políticas indigenistas. Com isso o Governo do Estado espera contribuir com a busca do etnodesenvolvimento, promovendo o reconhecimento da cidadania indígena e garantindo o equilíbrio com o meio ambiente e a qualidade de vida desses povos.

A Secretaria não é executora e nem ordenadora, pois não tem verbas, apenas coordena as ações e o desenvolvimento dos projetos.

No folder constam as competências da Secretaria: viabilizar formação, capacitação e aperfeiçoamento de lideranças indígenas em relação à legislação social, ambiental e

⁶ A Secretária é a senhora Vitória Santos dos Santos da etnia Karipuna. No momento da entrevista estava de férias e entrevistamos o secretário em exercício senhor Adelmo Moraes de Souza.

educacional; estimular as formas de produção que gerem renda, fortalecendo a identidade cultural das comunidades indígenas; promover a capacitação de recursos financeiros junto ao governo brasileiro e outras instituições financeiras em benefício das comunidades indígenas.

A representação engendrada pelo secretário, bem como a exposta através do folder da Secretaria, aponta que o Estado reconhece a importância da questão indígena, vinculada ao fato de que o Amapá é considerado o Estado mais preservado do Brasil em termos de cobertura vegetal e com uma população indígena expressiva na região amazônica. Frente a tudo isso e em articulação com a política de desenvolvimento sustentável é compreensível que em seu discurso haja toda uma elaboração no sentido de implementação de políticas indigenistas em consonância com as aspirações das comunidades indígenas do Oiapoque, principalmente no campo da educação, saúde, cultura e economia.

Contudo, a execução das propostas, sinalizadas pelas representações indígenas, podem não estar sendo desenvolvidas a contento. Os representantes indígenas apontam problemas enfrentados pelas etnias do Oiapoque em vários setores.

4 Considerações

A partir das representações engendradas tanto pelos representantes indígenas ligados às organizações indígenas, como daqueles ligados aos órgãos estatais, conceitos como representação, demarcação de terras, direitos indígenas, cultura, educação, saúde, meio ambiente são recorrentes. Portanto, fica claro que apesar dos problemas que as organizações vêm enfrentando, principalmente a questão da inadimplência, que prejudica a atuação dessas organizações, as lideranças indígenas procuram ser agentes ativos e conscientes na luta pelos direitos indígenas, pois as mesmas estão sempre presentes nas ações e reivindicação das populações indígenas do Oiapoque, como demonstram os documentos da APIO indicados na bibliografia.

Os representantes indígenas vêm demonstrando capacidade de resistência e de apropriação de novos conhecimentos necessários na vida pós-contato, tendo claro, a necessidade de participação na resolução de seus problemas.

Muitas vezes as organizações indígenas são criadas de fora para dentro, ou seja, não nascem de suas reivindicações internas. Daí talvez por que os povos indígenas do Oiapoque em suas representações sobre os problemas das organizações, especialmente acerca da APIO, apontam para a necessidade de uma maior participação da população indígena nas organizações e para a pouca organização dos povos indígenas em si.

Nas representações destaca-se o fortalecimento crescente da própria identidade indígena, revigorada pelos movimentos organizados no Oiapoque. Conforme Cardoso de Oliveira (1988) foram esses movimentos que recuperaram o conceito de índio, como expressão da identidade de um grupo específico dentro do território brasileiro.

A Constituição Federal em seu artigo 232 deixou claro que “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressarem em juízo em defesa dos seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”. Assim os povos indígenas adquiriram o direito de em juízo lutarem por seus direi-

tos e suas organizações passaram a ter legitimidade para tal fim, já que a Constituição reconhece que os povos indígenas têm o direito de formar suas próprias organizações, constituir seus próprios advogados, independente de autorização da FUNAI. Ou seja, os povos indígenas são capazes de gerir seu modo de vida.

No entanto, conforme o estatuto da APIO, um dos objetivos desta associação é representar os índios, seus associados e dependentes perante o Poder Judiciário e Ministério Público, mas respeitando os deveres da FUNAI; que também é um órgão representativo desses povos, porém, um órgão estatal. Assim nos parece que a APIO na representação dos povos indígenas busca também o apoio da FUNAI para esse fim, tendo em vista principalmente que esse órgão no Oiapoque é constituído em sua maioria por indígenas, o que possibilita que os próprios índios sejam os seus gestores.

Referências

1. Documentos:

AMAPÁ.SEPI. **Política Indigenista do Amapá (folder)**. Macapá, s/d.

APIO. Estatuto da Apio. Oiapoque, s/d.

_____. **Carta ao Ministério Público Federal**. Oiapoque. Aldeia Manga, 14 de março de 2008.

_____. **Carta à Imprensa**. Oiapoque. Aldeia Manga, 14 de março de 2008a.

_____. **Relato da Reunião sobre o asfaltamento da BR 156 solicitada pelo Ministério Público Federal em resposta à Carta dos Povos Indígenas do Oiapoque ao MPF**. Oiapoque, Aldeia Manga, 10 de abril de 2008b.

_____. **Resumo da XV Assembleia de Avaliação e Programação dos Povos Indígenas do Oiapoque**. Oiapoque, Aldeia Tukay, 22 a 24 de fevereiro de 2008c.

BRASIL. FUNAI, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Termo de compromisso que entre si celebram o DNIT, GEA FUNAI, Representantes dos Povos Indígenas do Oiapoque objetivando assegurar a implementação e execução de medidas indenizatórias, mitigadoras e compensatórias aos impactos advindos da pavimentação da BR 156 no Estado do Amapá**. Brasília, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, ELETRONORTE. **Proposta de Convênio de natureza financeira sob o regime de delegação, que entre si celebram a ELETRONORTE, a APIO e a FUNAI com a finalidade de normatizar e de implementar o “Programa Uaçá de mitigação e compensação (sócioambiental, econômica e cultural) dos povos indígenas do Oiapoque**. Brasília, março de 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, DNIT. **Proposta de Convênio de natureza financeira sob o regime de delegação e cooperação, que entre si celebram o DNIT, a APIO e a FUNAI, com a finalidade de implementar o programa de compensação socioambiental, econômica e cultural de apoio aos povos indígenas de Oiapoque, referente às obras de construção de pontes e do asfaltamento da BR 156**. Brasília, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Memória da Reunião da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão**. Brasília, 3 de julho de 2008.

TNC. **Diagnóstico organizacional e participativo da Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque.** Oiapoque, s/d.

2 Bibliografia:

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** 15. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. RT legislação.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **A crise do indigenismo.** Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

GOMES, Mércio Pereira. Ser presidente da FUNAI já é uma glória. Entrevista à equipe de direção do ISA. In: INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil 2001/2005.** São Paulo: Instituto Sócioambiental, 2006, p. 109-116.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História Oral. Muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re)introduzindo a história oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996, p. 33-47.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: LACED/ Museu Nacional, 2006.

MEIHY, José Carlos S. B. **Manual de história oral.** São Paulo: Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos S. B. (org.). **(Re)introduzindo História Oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996a.

SÁ, Celso Pereira de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane Paris (org.). **O conhecimento no cotidiano.** São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 19-45.

SOUZA FILHO, Edson Alves de. Análise de Representações Sociais. In: SPINK, M. J. (org.). **O conhecimento no cotidiano.** São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 109-145.

Artigo recebido em 05 de setembro de 2013.

Aprovado em 10 de julho de 2014.